



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

## **COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA – CPASF**

Apresentação: 06/05/2026 10:47:22.330 - CPASF

REQ n.22/2026

### **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026** (Do Sr. Bruno Ganem – PODEMOS/SP)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) para debater a superação da pobreza como prioridade na agenda pública brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), com o objetivo de debater a superação da pobreza como eixo estruturante da agenda pública brasileira, bem como discutir os caminhos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à promoção da autonomia socioeconômica das famílias em situação de vulnerabilidade, com a presença dos seguintes convidados:

- Sra. ELIANE AQUINO CUSTODIO, Secretária Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
- Sr. LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS, Secretário de Inclusão Socioeconômica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).





- Sr. Edu Lyra, fundador da Gerando Falcões.
- Sra. LAURA MACHADO, Doutoranda em Administração Pública pelo Insper, Teaching Fellow e especialista em políticas públicas, com atuação nas áreas de pobreza, desigualdade e uso de evidências para aprimoramento de políticas públicas.
- Sr. MARCELO NERI, Professor e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV), fundador e coordenador do Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV), referência nacional em estudos sobre pobreza, desigualdade e mobilidade social.
- Sr. VALDEMAR PINHO NETO, Professor da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV EPGE) e coordenador do Centro de Estudos Empíricos em Economia da FGV, com pesquisas nas áreas de avaliação de políticas públicas, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico.
- Sra. MARIANA RODRIGUES, especialista em gestão e advocacy pela inclusão produtiva, representante da Aliança Empreendedora.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta, de forma estrutural e persistente, elevados índices de pobreza e desigualdade social, com impactos diretos sobre o desenvolvimento econômico, a coesão social e a efetivação de direitos fundamentais. Embora as últimas décadas tenham registrado avanços significativos por meio de políticas públicas, a superação sustentável da pobreza permanece como um dos principais desafios nacionais.

O momento é particularmente oportuno. Em 2026, o país atravessa novo ciclo eleitoral, conjuntura em que se redefinem prioridades políticas e a agenda pública para os anos seguintes. É imperativo que o enfrentamento da pobreza figure no centro desse debate, não apenas como pauta social, mas como estratégia estruturante de desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, as políticas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, cumprem papel essencial na proteção das famílias mais vulneráveis e na mitigação imediata da pobreza. Na ausência desses mecanismos, os índices de extrema pobreza no país





seriam substancialmente mais elevados. Contudo, embora indispensáveis, tais políticas operam predominantemente em caráter protetivo, encontrando limitações no que se refere à promoção de trajetórias sustentáveis de superação da vulnerabilidade socioeconômica.

A literatura internacional, incluindo avaliações do Banco Mundial, do PNUD e da OCDE, demonstra que a elevação pontual da renda, desacompanhada de mecanismos institucionais estruturados de transição, resulta em elevada probabilidade de reentrada das famílias em programas sociais. Fatores como a volatilidade da renda, a informalidade do mercado de trabalho e as vulnerabilidades estruturais características dos estratos mais pobres alimentam ciclos recorrentes de entrada e saída dos programas, com consequências sobre a eficiência do gasto público e a previsibilidade das políticas sociais.

Em contrapartida, evidências internacionais indicam que programas dotados de mecanismos estruturados de saída, os chamados *exit pathways*, ou vias estruturadas de superação da pobreza, apresentam maior estabilidade nas trajetórias de autonomia econômica e redução significativa nas taxas de retorno à pobreza. No Brasil, a ausência de tal estrutura limita a efetividade das políticas vigentes e perpetua a dependência de transferências como única via de sustentação para parcelas expressivas da população.

Cabe ainda considerar as transformações em curso nas dinâmicas do mundo do trabalho, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade. O microempreendedorismo e os arranjos econômicos locais convivem com trajetórias de inserção no mercado formal, configurando uma diversidade de realidades socioeconômicas que exige respostas igualmente diversificadas por parte do poder público.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de aprofundar o debate sobre caminhos que articulem proteção social e inclusão produtiva, de modo a apoiar trajetórias sustentáveis de superação da pobreza. A





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

Apresentação: 06/05/2026 10:47:22.330 - CPASF

REQ.n.22/2026

discussão sobre mecanismos de transição qualificada, que integrem acompanhamento técnico, qualificação profissional e geração de renda, é condição essencial para que a política de assistência social evolua de um modelo predominantemente protetivo para um sistema orientado à autonomia socioeconômica das famílias.

É nesse sentido que a realização desta audiência pública se apresenta como oportunidade fundamental, buscando reunir especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil em torno de um debate qualificado, com os seguintes objetivos:

- Elevar a superação da pobreza à condição de prioridade central na agenda pública brasileira;
- Promover debate qualificado sobre caminhos estruturantes para o enfrentamento da pobreza no Brasil;
- Discutir o papel e o necessário aprimoramento do Programa Bolsa Família, reconhecendo sua centralidade e sua potencial evolução para apoiar trajetórias de autonomia econômica;
- Contribuir para a formulação de propostas que integrem proteção social e desenvolvimento econômico, com foco em resultados duradouros.

Diante da relevância estratégica do tema para o fortalecimento da política de assistência social como instrumento de desenvolvimento nacional, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2026.

Deputado BRUNO GANEM  
(PODEMOS/SP)



\* C D 2 6 8 9 4 3 6 4 1 7 0 0 \*